

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Julia Rosa de Souza

**Aspectos relevantes no cotidiano dos
“meninos de rua” na região central da
cidade de São Paulo**

São Paulo
2007

Julia Rosa de Souza

**Aspectos relevantes no cotidiano dos
“meninos de rua” na região central da
cidade de São Paulo**

Monografia apresentada para obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social
da Universidade de Santo Amaro sob a
orientação do Professor Jayson Vaz
Guimarães.

**São Paulo
2007**

Julia Rosa de Souza

Aspectos relevantes no cotidiano dos “meninos de rua” na região central da cidade de São Paulo

Trabalho apresentado para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, com requisição parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 21 de novembro de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº. Jayson Vaz Guimarães
Universidade de Santo Amaro
Orientador

Profº. Gerson Heidrich
Universidade de Santo Amaro
Leitor

Profª. Marli Martins Galina
Universidade de Santo Amaro
Leitora

Conceito Final: _____

DEDICATÓRIA

As pessoas que merece o meu muito obrigado são: Emerson, Ermínio, Gabrielle, Odair Silva, Lucas Henrique, Renato, Wesley, William, Jéferson, Gisele, Ana Carolina, Fernanda, Rafaela, Thomas, Thomaz, Alan, Luis Paulo, Paulo Henrique, Carlos Henrique I, Carlos Henrique II, Diego, Daniel, Otávio, Jéssica, David, Rafael, Erickson, Felipe, Mirella, Mikaela, Juliana, Débora, Giovanni, Roger, Gisele, Jéssica, Keila, Danilo, Laura Mariana, Bruno, Lucas, Marina, Jenkeson, Isaac; e em especial a todas aquelas crianças e adolescentes que com seus depoimentos sobre violência doméstica, o mundo do crime e das drogas me ensinaram e continuam me ensinando que a cada dia é possível lutar por um novo amanhã.

EPIGRAFE

“... Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Mas essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o principio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.”

Herbert de Souza

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus pais, e minhas amigas-irmãs: Juliana, Catia e Eliane. Aos meus sobrinhos: Vitor e Milena.

Os meus mais sinceros agradecimentos aos meus antigos colegas de trabalho da Livraria Saraiva que sempre me incentivaram: Luis Aoki, Jussara, Ângela, Elisangela e Lidiane.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho da Associação Evangélica Beneficente: Ivan e em especial Luiza Faustino que me incentivou a iniciar pesquisa com tema do meu interesse.

Agradeço aos “meninos de rua” do centro da cidade de São Paulo, aos adolescentes em cumprimento da Medida de Liberdade Assistida da Associação Evangélica Beneficente, as crianças e adolescentes do Centro de Referência da Criança e do Adolescente de Butantã, que contribuíram para minha decisão de mudar o tema da pesquisa.

E finalmente termino agradecendo os professores da Faculdade de Serviço Social, em especial: Josephina, Norma e Maria Lúcia que além de dedicar seu tempo e dividir seus conhecimentos em prol do nosso aprendizado, sempre em momentos de dúvidas estiveram dispostos a me orientar.

Não posso deixar de agradecer aos professores Jayson, Gerson e Marli que participaram da banca, e ao final mencionaram aspectos relevantes da pesquisa e alguns apontamentos sobre o trabalho desenvolvido, que serviram para uma reflexão sobre desenvolvimento de futuros trabalhos acadêmicos.

Agradeço ainda a toda turma do 4^a Ano A, principalmente as minhas amigas e colegas de grupo que sempre me auxiliaram: Janaina Tonetti, Daniela Giovana, Daniela Oliveira, Edson, Terezinha, Roberta Alves, Cristiane Seles e Fátima.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I	
1. A sociedade atual e sua relação com a Infância e Adolescência	12
1.1 A estrutura social atual	12
1.2 Década de 1990: Reestruturação Produtiva do Capital	14
1.3 O "menino de rua" no contexto da sociedade opressiva	16
1.4 Breve histórico das relações entre Estado e sociedade	21
Capítulo II	
2. Os "meninos de rua": Especificidades de uma trajetória	24
2.1 Quem é o "menor"?	26
2.2 Breve histórico da infância pobre no Brasil e evolução das políticas de atenção á infância	33
2.3 Da política de atendimento do menor á política de direitos da Criança e do Adolescente	37
2.4 O universo infantil e a família	41
2.5 Violência histórica contra criança e adolescente	43
Capítulo III	
3.1. Cenário de descobertas	46
3.2. Aspectos relevantes no cotidiano dos "meninos de rua": Análise de dados	51
Considerações Finais	57
Referências Bibliográficas	60
Anexos	

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir para a ampliação da discussão a respeito da situação vivida pelas crianças e adolescentes nos grandes centros urbanos do Brasil, em especial nas ruas da Região Central da Cidade de São Paulo, tendo em vista o processo histórico capitalista, que traz como conseqüência a fragilização dos vínculos familiares, devido ao agravamento das condições de vida de suas famílias. Nessa perspectiva para a pesquisa de campo foram entrevistados "meninos de rua" no centro da Cidade de São Paulo, com vínculos familiares. Buscou-se refletir sobre o processo de Reestruturação Produtiva do capital que aliado à proposta neoliberal na atualidade, traz desemprego estrutural que deteriora os meios de vida dos trabalhadores e reflete na desintegração familiar, o que aumenta a violência, a miséria e o número de "meninos de rua".

Palavras chaves: Trabalho - "Meninos de rua" – Serviço Social.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer o motivo (s) que leva os "meninos de rua" a utilizar o espaço público como forma de sobrevivência e moradia. Percebeu-se que o agravamento das condições de vida da maioria da população brasileira, conseqüentemente reflete na fragilização dos vínculos familiares, ocasionado pela Reestruturação Produtiva do Capital na década de 1990 no Brasil.

Ao longo do processo histórico, em específico no decorrer do século XX, os "meninos de rua" foram estigmatizados como "trombadinhas ou pivetes" pela elite brasileira, que sempre esteve preocupada com sua própria segurança, agindo através do aparato do Estado com controle social e repressão a essa categoria social, fruto da miséria e pobreza da nossa sociedade.

Dentro desse contexto, por meio dos movimentos sociais ocorre a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990, com isso altera-se a Doutrina da Situação Irregular para Proteção Integral da Criança e do Adolescente, não mais vistos como menores, mas como cidadãos com garantia de direitos.

Na atualidade a criança e adolescente tem seus direitos garantidos na lei, no entanto não existem políticas sociais que possibilitem melhoria de vida para a família desse segmento social, vistos que os Programas Sociais existentes não são capazes de amenizar a situação de pobreza vivenciada pela maioria da população brasileira.

Essa pesquisa teve como objetivos específicos identificar à quanto tempo esses sujeitos sociais estão nas ruas, levantar a razão alegada para utilizar o espaço público como forma de sobrevivência e moradia e questionar sobre a dificuldade encontrada nesses locais.

A metodologia utilizada se baseou na pesquisa qualitativa através da entrevista estruturada com perguntas fechadas. Os dados obtidos foram coletados no campo de pesquisa, no centro de São Paulo, na Praça da Sé e Vale do Anhangabaú.

A hipótese dessa pesquisa considera que o "menino de rua" utiliza o espaço público como forma de moradia e sobrevivência devido à briga ocorrida com algum (s) familiar dentro de suas casas.

O processo da reestruturação produtiva do capital no país, atinge fundamentalmente o mundo do trabalho e tem como um dos seus principais resultados o desemprego estrutural, a precarização e flexibilização das relações trabalhistas. Assim a carência de possibilidades de acesso a bens e serviços, a um emprego digno e com garantia dos direitos trabalhistas, a vivência em condições mínimas de alimentação, saúde, habitação, educação, são fatores inseridos no cotidiano das famílias, especialmente aquelas que compõem as camadas pobres.

Com isso, a sobrevivência nessas condições fragiliza os vínculos familiares, expressos algumas vezes em comportamentos agressivos, o uso de bebida alcoólica, e das drogas, violência contra a criança, adolescente e mulher, e abandono. Para elucidação dessa temática, o trabalho foi organizado em três capítulos:

No primeiro capítulo é realizado um breve relato sobre sociedade atual e como as transformações ocorridas nas últimas décadas neste sistema que envolve a reestruturação produtiva do Capital aliada à proposta neoliberal, agrava as condições de vida da população brasileira, e tem impacto também sobre a problemática dos "meninos de rua". Esta parte abordará o quadro sócio-econômico inserido neste contexto.

O segundo capítulo apresenta um breve resgate do contexto histórico da infância pobre no Brasil, e como o termo "menor" caracterizou por quase todo o século XX crianças e adolescentes pertencentes aos estratos mais pobres da sociedade. Aborda ainda, as estratégias de sobrevivência, família, violência sofrida pelas crianças e adolescentes e conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No terceiro capítulo foi apontado sobre as descobertas no campo de pesquisa; e a realização da análise de dados, tendo como base as entrevistas

feitas com os “meninos de rua” no centro da cidade de São Paulo e material bibliográfico utilizado.

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE ATUAL E SUA RELAÇÃO COM INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

1.1 A estrutura social atual

Neste primeiro momento será efetuado um breve relato sobre sociedade atual e como as transformações ocorridas nas últimas décadas neste sistema que envolve a reestruturação produtiva do Capital aliada à proposta neoliberal, agrava as condições de vida da população brasileira, e tem impacto também sobre a problemática dos “meninos de rua”. Esta parte abordará o quadro sócio-econômico inserido neste contexto.

Para compreender esse processo é necessário primeiramente conceituar sobre o que é o sistema capitalista, que determina a estrutura da sociedade.

Conforme Antunes (1999), o Capitalismo é um sistema que possui três elementos articulados entre si para sua existência: Capital, Trabalho e Estado. Tem como fundamento a acumulação do capital, sendo o elemento principal desse conjunto o trabalho. Para alcançar os seus objetivos exige constantemente à exploração e dominação da classe trabalhadora.

De acordo com Antunes (2006), a partir dos anos 70 o capitalismo apresentou um quadro crítico, resultado do excesso constante da capacidade e da produção do setor manufatureiro internacional. Essa crise significava uma crise estrutural do capital, que apontava para uma tendência decrescente da taxa de lucro.

A resposta do capital dada à crise iniciou-se por meio de um processo de reorganização do capital de seu sistema ideológico e político de dominação,

expressos no neoliberalismo¹. Com privatização do Estado, desregulamentação dos direitos trabalhistas e desmontagem do setor produtivo estatal, com um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho.

“A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...). para o Capital a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação.”
(ANTUNES, 1999 apud HOLLOWAY, 1987:132)

Ainda conforme Antunes (1999), a reestruturação do Capital tem como objetivo reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo/fordismo, que ocorreu na grande indústria durante o século XX, em especial a partir da segunda década, baseado na produção em massa de mercadorias, estruturado a partir da produção homogeneizada, racionalização das operações realizadas pelos trabalhadores visando o não desperdício na produção e também a redução do tempo e aumento do ritmo de trabalho, tendo como consequência aprofundamento da exploração do trabalho. Este processo caracterizou-se pela produção em série fordista com cronômetro taylorista, e separação entre quem produz e quem controla.

O toyotismo tem origem no Japão, começou a ser implantado na década de 1970 e tem como fundamento:

(...) num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente á desconcentração produtiva, ás empresas tercerizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das células de produção, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autonomos”, além de requerer ao menos no plano discursivo o envolvimento

¹ Neoliberalismo é constituído como doutrina filosófica, em seu projeto de sociedade a ação humana se faz em função do livre mercado. (ANTUNES, 2006, pág.16)

participativo dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O trabalho polivalente, multifuncional, qualificado, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas tercerizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. (ANTUNES, 1999, pág.. 52)

O sistema industrial japonês teve grande impacto no mundo ocidental quando apresentado aos países avançados como uma opção favorável para superação da crise capitalista. Esse modelo mostrava-se como a mais avançada experiência de reestruturação produtiva, originado do próprio fordismo japonês, mas da mesma forma que desenvolve as tendências acima, o capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho.

De acordo com Antunes (2006), o aumento dos trabalhadores que vivenciam as condições de desemprego é parte constitutiva crescente do desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho. Isso ocorre não apenas nos países de Terceiro Mundo, é sentido até no próprio país em que teve origem o atual modelo, como podemos observar os dados abaixo:

“O Japão é um exemplo particularmente importante, pois não estamos falando de um país do chamado “ Terceiro Mundo” em relação aos quais, mesmo as mais intensas práticas de exploração do trabalho, sempre foram consideradas normais. Ao contrário o Japão representa a segunda mais poderosa economia do mundo: um paradigma dos avanços capitalistas. E agora, mesmo em tal país, o desemprego está crescendo perigosamente. Sem contar com as condições de trabalho, que devem se tornar ainda piores do que na época do longo período de desenvolvimento do pós guerra e de expansão do capital, incluindo não só a grande intensificação da exploração pelos cronogramas de trabalho em nome da flexibilidade, como também – para muitos bastante incompreensível- o prolongamento da semana de trabalho forçado.(ANTUNES,2006, pág.36)

1.2 Década de 1990: Reestruturação Produtiva do Capital no Brasil

Conforme Antunes (2006), ao longo do século XX, em especial a partir do Getulismo, o capitalismo brasileiro teve um verdadeiro processo de acumulação industrial. Sendo que antes as formas de indústria em seu processo de acumulação ocorriam dentro dos marcos da exportação de café.

O país estruturava-se de um lado voltado para produção de bens de consumo duráveis com uma visão para o mercado interno restrito e seletivo, mas de outro lado continuava a ter sua produção voltada para exportação, o que envolvia produtos primários e industrializados.

No que se refere à dinâmica interna do país, segundo Antunes (2006), no padrão de acumulação industrial, a sua estrutura ocorria num processo que tinha como característica a intensa jornada de trabalho, a forte exploração da força de trabalho, e ainda pagamento de baixos salários.

Esse padrão de acumulação estava articulado ao conjunto: setor produtivo estatal, capital nacional e internacional, e que a partir de meados da década de 1980, teve início às alterações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, num ritmo mais lento em comparação aos países centrais, que nesse mesmo período viviam um processo intenso de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal.

No Brasil durante a década de 1980 iniciou-se o processo de reestruturação produtiva do capital, no começo as empresas aderiram de modo restrito aos novos padrões organizacionais e tecnológicos, as novas formas de organização social do trabalho.

Nos anos 1990, ocorreu um processo de descentralização produtiva, em que as indústrias tradicionais, mudaram-se de locais, com a justificativa da

concorrência internacional, o que trouxe como consequência rebaixamento da remuneração da força de trabalho, e por parte do Estado, ofertas aos incentivos fiscais.

“Foi, portanto, a partir dos anos 1990, sob a condução política em conformidade com o ideário e a pragmática definidos no Consenso de Washington, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do Capital no Brasil, processo que vem se efetivando mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta elementos tanto de continuidade como descontinuidade em relação às fases anteriores”. (ANTUNES, 2006:18-19)

Se o processo de reestruturação produtiva no Brasil, durante os anos 1980, teve uma tendência limitada e seletiva, foi especialmente a partir da década de 1990, inicialmente com governo Collor e depois com F.H.C (Fernando Henrique Cardoso), que ele se ampliou.

Como consequência das práticas flexíveis de contratação da força de trabalho, houve o aumento do processo de desregulamentação do trabalho e a redução dos direitos sociais.

1.3 O “menino de rua” no contexto da sociedade opressiva

Conforme Frontana (1999), em meio à população que utilizava o espaço público para sobreviver que se verificava a presença de crianças e adolescentes buscando espaços também de ocupações alternativas. Um número importante de meninos e meninas, com origem de famílias trabalhadoras de baixa renda, andava pelas áreas centrais da cidade.

“O estado dessas crianças era deplorável: vestimentas esfarrapadas, pés descalços, feições de aspecto doentio e frágil, passando fome e todo tipo de privação. Vários eram os motivos que impeliavam esses pequenos seres a se embrenhar pelas ruas da cidade, improvisando da mesma maneira que os adultos, formas de ganhar a vida no dia a dia. Muitos possuíam lares, mas necessitava ganhar algum dinheiro para complementar a renda familiar; outros encontravam-se em completo abandono, morando cada dia num lugar: sob uma ponte ou marquise,

ao relento nas calçadas e praças públicas. Cada um deles tinha um motivo para estar nas ruas, cada qual uma história para narrar.” (FRONTANA, 1999, pág.117)

Conseqüência do empobrecimento vivido pela família, uns números significativos de crianças e adolescentes começaram cedo sua luta pela sobrevivência, integrando-se ao mercado de trabalho formal e informal. Para melhorar sua condição de vida várias famílias utilizaram outros membros familiares (mulheres, crianças e adolescentes), para compor a força de trabalho.

Embora muitas crianças e adolescentes utilizassem a rua como espaço de reprodução das condições materiais de sobrevivência, nem sempre ali estavam apenas por esse fator econômico. A rua era também um espaço significativo para brincar e a aventura faz parte do universo infantil.

De acordo ainda, com Frontana (1999), muitos relatos e histórias mostram que o que levava certo número de crianças às ruas era a combinação de razões dramáticas de uma condição pessoal concreta com o interesse em brincar.

Ainda segundo a autora, a rua era um meio de fugir às situações impostas por uma realidade que oprimia e constrangia. Assim em reportagem à Folha de São Paulo, Marcos diz:

“Meu nome é... Marcos, mas pode me chamar de Alemão. Eu moro no tango-tango-do- balango-tango-do-cabuletê”.

“Minha vida é assim: meu pai me batia na minha casa, eu ficava nervoso”.

“Sai na rua, ficava um dia, chegava em casa ele me batia. Eu ficava nervoso, saía de novo. Depois sai de casa pra ficar aqui”.

“Meu pai, minha mãe, eles quer que eu fique na minha casa, quer que eu estude firme, mas eu não quero... Gosto de ficar aqui em Santo Amaro com os meus amigos. Nos somos mais de trinta”.

“Faz bastante tempo que eu sai de casa”.(FRONTANA, 1999, p. 123)

Depoimentos como o de Marcos aponta o drama pessoal que leva esses meninos às ruas, esses garotos ocupam em grupo os espaços da cidade, presente em seu cotidiano nas ruas manifestações lúdicas e passatempos.

Nesse contexto a rua representa espaço que propicia a realização de necessidades existentes no universo da criança e do adolescente. Viver com a família, aglomerados em locais sem serviços e equipamentos públicos que possibilite vivência com outros companheiros digna e livre de opressão é buscado na rua. Assim viver na rua representa, um universo lúdico, de liberdade, locomoção, ela própria ordenar o seu tempo e que deseja fazer.

Na rua não há limites entre trabalho e lazer, mas cabe a cada um deles responsabilizar-se pela sua sobrevivência material.

Conforme Frontana (1999), a rua também tem outro lado além da satisfação da liberdade e obtenção de renda, era espaço de incerteza, insegurança, medo e violência. Nem sempre o ambiente vivido por eles é lúdico e amigável. Muitas vezes deparava-se com lugar rude, causando inquietação social, que trazia como consequência conflito.

A rua para as crianças significava liberdade; mesmo que o seu sustento dependesse de si próprias. Não há horários, regras a seguir, mas há outro lado: violência, medo e insegurança.

Dependendo do tempo de permanência que a criança encontra-se na rua, enfrenta a realidade da violência, o que implica elaborar formas para agir diante dessa situação.

Segundo ainda Frontana (1999), as formas de agir encontradas para responder as dificuldades do dia-a-dia, nem sempre eram conforme aos princípios morais ou legais estabelecidos pela sociedade.

Muitos desses garotos e garotas que viviam nas ruas, iniciavam ações ilegais, como roubo, crime e prostituição; poderiam estar sozinhos ou acompanhados. Mas em sua história de vida também havia abandono, a exploração e violência.

A prática em atividades ilegais, era reflexo do contato permanente que tinham com a rua, com outros indivíduos, grupos e organizações que poderiam levá-los ou forçá-los a se inserir no mundo do crime.

De acordo com Frontana (1999), seguir para o caminho do crime significa confirmar condições já existentes no cotidiano das crianças e adolescentes de rua. Cotidiano este marcado por opressão e violência exercida, principalmente, por órgãos e aparelhos do Estado, que alegando trabalhar para manter a “ordem” e a “paz” social, usam freqüentemente de métodos violentos.

Para isso, existia omissão ou "consentimento velado ou explícito da sociedade", mesmo sendo esse ato considerado proibido, mas justificado quando esses meninos são vistos pela sociedade como delinqüentes associados ao fato de serem meninos e meninas que utilizam a rua para socialização e sobrevivência.

Ao analisar a ordem econômica mundial, conforme Graciani (1997), percebe-se que há uma divisão significativa entre uma minoria de pessoas ricas e com acesso aos benefícios sociais e tecnológicos, e de outro lado a maior parte da população que vive na miséria, e sem acesso aos benefícios sociais e aos seus direitos. Com base nessa constatação pode-se dizer que a problemática do “menino de rua” está inserida nessa divisão.

A divisão social envolve e é consequência do sistema histórico capitalista. Sistema este determinante da ordem mundial, em que alguns países tornaram-se dominadores, e outros como no caso o Brasil são dependentes e explorados por este sistema.

O Capital controla a produção da economia e o poder político internacional. O que determina o desenvolvimento econômico é o lucro em prol de posições desiguais das relações de produção.

As condições históricas determinaram nas últimas décadas uma nova divisão internacional do trabalho. O processo para produção final das mercadorias ocorre em qualquer lugar do mundo, devido às inovações tecnológicas na área da comunicação e do transporte.

Os países de Terceiro Mundo oferecem mão-de-obra barata para a produção final das mercadorias, antes produzida nos países industrializados. Essa situação traz como consequência a desigualdade social e ao mesmo tempo gera conflitos entre os que acumulam mais Capital e os que vivenciam a miséria e piora as condições de vida, ou seja, a grande parte da população.

Ao pesquisar sobre os “meninos de rua” se faz necessária a compreensão desse processo histórico, político e econômico que envolve a situação vivida pela população infante juvenil.

A situação vivida no Brasil pela Infância e Adolescência, segundo Guerra (1996), implica diretamente nas suas condições de vida. Segundo dados da P.N.A. D (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 1990, 57,5% das crianças e adolescentes brasileiros viviam em famílias cuja renda mensal estava em torno de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que correspondia a quase 32 milhões de pessoas.

Essa situação envolve as condições precárias de habitação, saúde, transporte enfrentadas pela população. Conforme dados do I.B.G. E (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 1990 menos da metade da nossa população infanto-juvenil (45,1%) reside em casas com água encanada e instalação sanitária adequada.

O termo “menino de rua”, conforme Graciani (1997), significa uma categoria social. A rua como espaço de vida ou de trabalho é resultado de um processo social de dominação e exploração referente ao desenvolvimento da sociedade. Os dados abaixo mostram a posição dessa categoria da população no sistema:

“1994: cerca de 160 milhões de habitantes. 57,7% milhões de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, cerca de 35 milhões de pessoas vivem na pobreza absoluta; 90 milhões de pessoas subnutridas; 36 milhões são crianças; 55 % das crianças com menos de 5 anos são subnutridas; 19,6 % dos trabalhadores recebem 1 salário mínimo ou menos”. (GRACIANI, 1997, p. 93)

A problemática dos “meninos de rua” é causada pelas relações desiguais de produção e pela conseqüente divisão social de classes.

1.4 Breve histórico das relações entre Estado e Sociedade

A desigualdade social no país, conforme Prates (1999, p.40-48), é originada do seu processo histórico. A historiografia econômica brasileira mostra que a origem da desigualdade iniciou-se no período colonial: da agricultura de exportação para monocultura, com modelo de crescimento concentrador.

As mudanças na estrutura produtiva e no cenário político aconteceram nas fases seguintes e aprofundou a desigualdade. Em síntese, as primeiras preocupações das instituições governamentais brasileiras constam na Constituição de 1824 com a garantia dos socorros públicos.

As políticas sociais passaram a ser prioridade do governo no ano de 1930. Até então o Estado tinha como ação o controle social, sem interferir no processo produtivo e na amenização da pobreza, proporcionada pela desigualdade.

A Constituição de 1934 estabelecia ações na área social e econômica. Na esfera social tem-se o amparo aos desvalidos, à maternidade, à infância e às famílias com número grande de membros, a proteção à juventude, entre outros; enquanto que na área econômica estabeleceram-se medidas para regulamentar o trabalho, o salário mínimo, a proibição do trabalho aos menores, repouso semanal entre outros.

A partir da Carta Magna, essas transformações institucionais eram referentes a alteração do papel do Estado, em resposta às demandas da sociedade, principalmente na atividade produtiva.

Mas um aspecto a ser destacado é a superficialidade e fragilidade das ações na área social, que em sua maioria tinham ações tímidas.

Conforme pesquisa feita em 1993 (Peliano), apontou a existência de aproximadamente 32 milhões de indigentes no país, o que significa 22% da população total brasileira. Esses dados mostram o quadro vivido pela sociedade brasileira e o desafio a ser enfrentado.

O Brasil ao seguir as tendências das mudanças internacionais, com base na proposta neoliberal, no Governo Collor em 1990, redefiniu o papel do Estado em sua ação na esfera social e na atividade produtiva.

Conforme Prates (1999), não há na redefinição do seu papel um compromisso com temas tais como: educação, saúde, distribuição de renda, eliminação da pobreza, e outros. Esses temas também não estão em segundo

plano, porque as reformas sociais são entendidas como decorrência natural da liberalização da economia.

Essas alterações compreendem que o Estado deve agir com programas assistenciais de auxílio à pobreza, se necessário no sentido de complementar a filantropia privada e realizada pela comunidade. O objetivo dos programas sociais é amenizar o quadro de miséria provocado pelos ajustes da estrutura produtiva. Verifica-se dessa maneira, a desresponsabilização do Estado na esfera social. Transferiu-se para a sociedade civil o papel de responder pelas seqüelas da questão social, com base no discurso da solidariedade.

De acordo ainda com Prates (1999), a população que não tem acesso a bens e serviços, é a que mais sofre às seqüelas da questão social. O modelo econômico existente no mundo prioriza o seu crescimento, em detrimento do desenvolvimento social. Com isso agravam-se os problemas sociais na área da habitação, saúde, educação, assistência social. As políticas sociais existentes não dão conta de responder aos problemas sociais em sua totalidade, o que causa a fragilização dos vínculos familiares, a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho e sua ida para as ruas.

A rua é o espaço em que muitas crianças e adolescentes das famílias da população pobre vivem, trabalham, crescem, e até mesmo utilizam a rua como forma de moradia. Neste espaço vivenciam a violência e estão expostas a fome, a drogadição, a exploração e agressão.

Assim no próximo capítulo será abordada esta problemática do “menino de rua” para conhecermos quem são, como vivem, que estratégias utilizam para sobreviver e enfrentar o cotidiano no espaço público, e seus motivos por estarem nas ruas.

CAPÍTULO II

2. OS “MENINOS DE RUA” : ESPECIFICIDADES DE UMA TRAJETÓRIA

Nesse segundo momento será feito um breve relato sobre histórico da infância pobre² no Brasil o termo “menor” que caracterizou por quase todo o século XX crianças e adolescentes pertencentes aos estratos mais pobres da sociedade, e como não é recente a problemática que envolve “meninos de rua”.

Contudo, apesar do termo “ menino de rua” ser utilizado no decorrer da pesquisa, ele foi mantido no sentido de apresentar conforme a autora Graciani (1997), um oprimido e relegado pelo sistema social. Esses atores sociais são por nós considerados como crianças, adolescentes e jovens que estão nas ruas da cidade de São Paulo, e utiliza o espaço público como forma de sobrevivência e moradia.

Meninos de rua fazem parte de uma categoria social surgida em nossa sociedade. Assim essa categoria cresce de forma inquietante no Brasil, reflexo dos efeitos de dependência sócio-econômica, política e cultural com o aumento da pobreza vivida pela maior parte da população, o que implica agravamento das condições de vida e relações sociais.

A identidade desses sujeitos sociais merece respeito, visto que a rua é mundo dos vícios, acusar essa população infanto-juvenil com estereótipos, ou mesmo defender-se dela utilizando controle social, além de mascarar o problema, é reproduzir os processos sociais de discriminação.

².” Infância Pobre no Brasil: é a categoria mais ampla de todas as que compõem a “infância em dificuldade”. Ela foi “descoberta” como problema social desde os fins do século XIX e início do século XX com a constituição de uma nova ordem social decorrente da Proclamação da República, abolição da Escravatura e crescimento acelerado de duas cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. O seguinte depoimento, produzido em 1908, a partir de 96 entrevistas com garotos já revela uma consciência de que essas crianças são vítimas de adultos inescrupulosos e mostra que a infância pobre compreendia, já naquela época, dois grupos: o dos carentes e abandonados e o dos infratores”. (GUERRA, 2000, p. 234)

que o produziram como “menino de rua” é “amputá-lo ou eliminá-lo” definitivamente como tem feito nos últimos anos, os exterminadores com apoio das elites “.(GRACIANI, 1997, p.120)

Segundo Ferreira (2001), nas ruas das grandes cidades convive uma população de crianças e jovens, em que aqui se denomina “menino na rua” e “meninos de rua”. Para desenvolvimento do trabalho acreditamos ser importante diferenciá-los.

O primeiro grupo, meninos trabalhadores ou “meninos na rua”, são os que utilizam as ruas, como um espaço para sustento próprio ou de suas famílias, por meio de ocupações mais ou menos estáveis tais como: vigiar e lavar carros, engraxar sapatos, vender amendoins torrados, frutas, flores.

Muitos percorrem bares e restaurantes ao longo da madrugada nessas atividades. Outros vivem da coleta de papéis adquiridos nos lixos de lojas ou casas, às vezes com a família, em que é escolhido um local da cidade e permanecem para selecionar e ou preparar o produto para a venda nos depósitos de papel.

Ao se pronunciar “meninos de rua”, parece surgir naturalizada como quando é pronunciado “menino de fulano”, ou “menino de Dr. Cicrano”. A preposição “de” denota uma relação de posse, origem. Não são da mãe ou do pai, “mas de rua”. Já ao dizer “meninos e a rua”, colocam os dois termos em relação, desmistificando uma representação cristalizada, afinal é por meio das representações que define o tratamento que se dá a elas.

Conforme Gregori (2000), o termo “meninos de rua” teve origem há aproximadamente duas décadas, quando se classificavam crianças e adolescentes das camadas pobres, que sobrevivem nos espaços públicos das

grandes cidades brasileiras. Esse termo identificou um segmento social que faz da rua espaço do dia-a-dia, estabelece com ela suas relações e identidade.

2.1 Quem é o “menor³” ?

A história da criança brasileira, conforme Frontana (1999), faz parte da história do Brasil. História de tragédias cotidianas: crianças filhas de escravos que eram vendidas e separadas de seus pais, abandono dos recém-nascidos nas Rodas dos Expostos, trabalho infantil, como escravos ou assalariados, recolhimento às Instituições ligadas à Igreja. Todos esses aspectos apontam para a violência contra Crianças e Adolescentes.

Apesar de todo esse lado negativo, também faz parte dessa história a construção de um universo de solidariedade e movimentos que existiram organizados na defesa pelos que enxergavam na criança seus direitos a serem garantidos e efetivados.

O debate sobre a questão do “menor” ganhou dimensão especialmente no período do regime militar (1964/1985). Nessa época, ocorreu um tratamento especial por parte do Estado e sociedade. Nos anos 70, devido o grande número de crianças e adolescentes nos centros urbanos, utilizando os espaços públicos

³ “Os juristas brasileiros utilizavam o termo “menor” para designar crianças e adolescentes pobres das cidades, sem responsabilidade dos pais ou tutores, chamados assim de menores abandonados. O “menor” era a criança ou o adolescente abandonado tanto materialmente como moralmente. Os “menores” abandonados eram crianças que viviam nas ruas do centro das cidades, nos mercados, praças e em alguns casos ao cometerem delito eram destinados ao xadrez e a cadeia, mas neste último caso eram designados como “menores criminosos”. (PRIORE, 1991, p. 134-143).

“O termo “menor” tem origem no contexto social, é a construção histórica que abrange idealizações e maneiras de agir que a nossa sociedade desempenhou a certa parcela da Infância e Juventude. Segmento que pertence às camadas populares, filhos (as) de trabalhadores de baixa renda, com vida marcada pela ausência de Bem-Estar Social e econômico, utilizando estigma de “marginalização”. (FRONTANA, 1999,p.48-51)

como forma de sobrevivência e moradia, deu-se maior visibilidade política e social à “questão do menor”.

Historicamente a imagem do “menor” cristaliza-se e passa a constituir instrumento de identificação e controle desse segmento social da infância. A figura do “menor” constituirá para o Estado, sociedade e para imprensa, com discurso sobre essa categoria social que servirá de referência para práticas que absorvem esse discurso, a qual irá configurar um espaço de vivência.

Segundo Gregori (2000), a presença de meninos nas ruas seja para brincar, pedir esmolas ou envolvidos na delinquência não é fenômeno novo. Desde o final do século XIX os juristas brasileiros identificam-os como “menores abandonados”. A preocupação com a infância pobre aparece com o crescimento das cidades, Abolição da Escravatura, mão-de-obra livre e urbana.

Ainda de acordo com Gregori (2000), os juristas tanto no início do século XX, como nos anos 20 e 30 apontavam a decomposição familiar, dissolução do poder paterno e condições econômicas e sociais advindas da modernização como os principais motivos pela presença de crianças pobres nas ruas das cidades.

Conforme Priore (1991), o jurista Evaristo compreendia o homem como ser inclinado às paixões, ao vício, à desordem, à vingança, ao ciúme, mentira e que para resolver essa situação era necessário a disciplina à ordem, iniciada no seu ponto de vista, na família com autoridade paterna. A ausência da autoridade deixa as crianças entregues a sua própria vontade, com inclinação para o crime.

Com o crescimento das cidades, o “lugar natural” das crianças abandonadas era a rua, vista como lugar do crime. Os juristas acreditavam que a rua era lugar de desagregação, em que se cresciam os vícios que ameaçavam a sociedade.

A preocupação jurídica visava retorno de autoridade tradicional com predomínio do paternalismo, e reordenamento da desagregação advindos da modernização.

De acordo ainda com Priore (1991), as crianças abandonadas eram vistas como um problema sério a ser superado pela possibilidade de ser tornarem criminosas, o que colocava em risco o futuro da sociedade, e o Estado brasileiro enfrentava essa problemática através da repressão urbana e ação da polícia.

“Nas cadeias das grandes cidades, no início do século, presenciava-se o espetáculo da convivência de menores com adultos criminosos, o que fazia das cadeias verdadeiros laboratórios do crime e escola para os criminosos”. (PRIORE, 1991,p.134-135)

O tratamento de repressão era realizado pelos delegados e policiais que recolhiam as crianças das ruas, "limpando" assim praias, parques e praças, pois eram vistos como um perigo para comerciantes e pedestres. A imprensa também estava presente, e em momento algum havia uma verdadeira preocupação com a vida dessas crianças.

Com as transformações históricas e definição de uma nova ordem social e econômica, esse modelo de instituição destinada às crianças abandonadas torna-se ineficaz e decadente.

Sob o olhar dos juristas, necessário era uma nova atitude por parte da sociedade e do Estado brasileiro, com relação à criança abandonada. Para resolução desse problema, tiveram em debate a busca de soluções que possibilitasse a assistência às crianças e adolescentes sem amparo moral e material na sociedade.

Devido ao quadro exposto, de acordo com Frontana (1999), os juristas apontavam à importância de mudança na atuação do Estado, com propostas para a criação de uma lei de proteção ao "menor".

No início do século XX o legislativo recusava-se a promulgação de uma lei geral, mas houve decretos, no âmbito estadual e federal existiu uma série de instituições com objetivo de albergar as crianças abandonadas e julgadas criminosas.

A intenção era que tais instituições tivessem meios de educar essas crianças, com finalidade de prevenir a criminalidade do "menor" e do adulto. A prevenção ocorria através da Assistência aos "menores", como forma eficaz e racional de enfrentar "o que ameaçava devorar a sociedade contemporânea". Além de prevenir tornava-se um meio mais barato do que a repressão.

De acordo com Priore (1991) para a prevenção tornar-se eficaz era necessário um plano de Assistência e Proteção à Infância, o que exigia a criação de uma legislação que possibilitasse sustentação e não houvesse obstáculos como inquestionabilidade do pátrio poder para tirar os filhos de pais viciosos e aumentar a idade até dezoito anos para a responsabilidade criminal; com intenção de separar o "menor" do convívio com adultos nas prisões.

O início dessa conquista aconteceu em 1921, com a lei 4.242 de 5/1 que autorizou o serviço de Assistência e Proteção à Infância abandonada e aos delinqüentes, regulamentada em 20/11/1923 pelo decreto 16.272.

No plano da Lei a problemática da criança abandonada deixou de ser tratada como caso de polícia, transferida para tratamento que envolvia assistência e proteção, garantida pelo Estado, por meio de instituições e patronato.

A atenção à criança passa a ser uma proposta com serviço especializado, e objetivos específicos. Este serviço especializado originou a participação do conhecimento de vários profissionais tais como: higienistas (saúde), educadores (disciplinar), juristas (garantir as leis) que possibilitassem a proteção e assistência a esse segmento.

O objetivo era criar instituições que retirassem crianças da rua, entregues a um lugar que as disciplinassem, com função de reintegrá-las a sociedade, visando prevenir a criminalidade e garantir futuro saudável da sociedade. Dessa forma, a infância abandonada não poderia ser tratada com atitudes repressoras, como caso de polícia, pois eram meios desastrosos e ineficazes. No olhar jurídico, a prevenção era maneira mais racional de combater a marginalização do “menor” do que o castigo e punição.

Para que essa medida se tornasse concreta, era necessário um plano de assistência e proteção à infância, o que exigia a elaboração de uma legislação que fosse capaz de dar sustentação e garantisse a proteção e assistência por parte do Estado. A lei orçamentária de 1921 foi um avanço nesse aspecto, pois reservava uma dotação de recursos à criação do Serviço de Assistência e Proteção Infância Abandonada e aos Delinqüentes.

“Mas seria com a elaboração do Código de Menores, em 1927, que se configuraria, de maneira mais explícita, o que se passou a designar por “menor”. “Sob a categoria “menor” incluíam-se todas as crianças e adolescentes material ou moralmente abandonados, subdividido em duas categorias: “crianças de primeira idade”, “infantes expostos”, “menores abandonados”, “meninos vadios”, “mendigos”, “libertinos” etc. O comum entre todas essas definições era que carência do “menor” fosse fruto do abandono moral ou material, era consequência do comportamento inadequado dos pais ou responsáveis, classificados como incapazes, negligentes ou indignos”. (FRONTANA, 1999, p.53)

Segundo Frontana (1999), o código de “menores” estabelecia que os “menores abandonados” deveriam ser recolhidos em abrigos apropriados, esperar a investigação sobre os motivos do abandono, e logo depois encaminhado às instituições disciplinares. Ao juiz caberia encaminhar o destino do “menor”, na função de autoridade para processar, julgar, inquirir, examinar, vigiar, e conduzir todas as ações necessárias para manter sob controle o problema do “menor”. As instituições encarregadas da disciplina teriam como finalidade à “formação de

crianças e adolescente moralizados, politicamente submissos e economicamente produtivos”. (FRONTANA, 1999 pág.53-54)

No final da década de 1920, e início de 30 houve um novo modelo de atendimento á institucionalização da Infância o qual tinha como propósito não apenas assistir gratuitamente aos desafortunados, mas de combate á delinqüência, originado do abandono, com perspectiva de formar cidadãos saudáveis, moral e fisicamente. Conceitua o menor como aquele que devido às condições de abandono, considerado um delinqüente, distante da educação e do trabalho.

O código de menores teve em sua trajetória apenas pequenas alterações, mas a essência da doutrina inspiradora permaneceu até o final. A mais significativa ocorreu em 1979, com a Doutrina Jurídica de Proteção ao Menor em situação Irregular. Entendia-se por Situação Irregular, aquela:

- “privado de condições essenciais a sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de : a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

- vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

- em perigo moral, devido a : a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

- com desvio de conduta em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

- autor de infração penal.”(FRONTANA, 1999, p. 56)

O Código de Menores teve vigor até o ano de 1989, ao ser substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas essa conquista foi resultado de grande

mobilização nacional pelo reconhecimento da criança e do Adolescente como cidadãos com direitos fundamentais garantidos pela Lei.

O “menor” faz parte da história do Brasil, com categoria social que o identifica, e que estabelece vínculos entre passado e o presente. A “questão do menor” é um tema constante no pensamento brasileiro e debates entre grupos e correntes da opinião pública, surgem e ressurgem, inseridos nos dilemas de cada época.

Mas se a figura do “menor” é real ou imaginária, é fundamental entendê-la na história da representação coletiva. É no imaginário de políticos, cientistas sociais, intelectuais, artistas, jornalistas, escritores e do cidadão comum que são recriadas as interpretações que formam na visão coletiva as percepções desse sujeito social que faz parte do Brasil.

Crianças e Adolescentes são personagens de uma história social e urbana, pela qual o seu desenvolvimento adquire expressão no processo de modernização, com suas contradições.

“A questão do menor” existe ao longo desse processo, e demonstra que está ligada aos aspectos que caracterizam a nossa organização social. Do nosso passado colonial e escravista mantêm-se as estruturas sociais, também as que surgem no início do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Entretanto, é na época de conjunturas críticas com rupturas estruturais consideradas mais ou menos amplas, que a sociedade passa a pensar seus dilemas de forma ampla, de maneira original ou às vezes recorrente.

Enfim, a categoria “menor é uma nomenclatura que discrimina uma situação específica da infância no meio social. Classifica um tipo específico de criança ou jovem:” aquele vindo de família trabalhadora de baixa renda, que se encontra em situação de miséria, expulso da escola desde tenra idade, e que faz da rua seu habitat e espaço de reprodução cotidiana “. (Frontana, 1999, pág.58)

O Código de menores caracterizava-os como um tipo de anomia social, o que significa também situação irregular na sociedade, as medidas jurídicas advindas dele, tinham como função patrocinar sua “integração sociofamiliar”.

O termo “menor” sobre nomenclatura estabelecida juridicamente foi adotado pelo senso comum para conceituar sujeitos sociais concretos. Essa designação veio a se somar aos demais estigma das classes populares, das classes perigosas.

A forma de representação do menor é associada a uma relação negativa com as imagens da infância existentes na nossa cultura, em que esteve classificado como uma espécie de ser humano inferior ou mesmo uma ameaça à sociedade.

2.2 Breve histórico da infância pobre no Brasil e evolução das políticas de atenção à infância

A história da infância pobre no Brasil, segundo Reis (1999), confunde-se a história de nossa colonização, que teve como característica a evangelização ocorrida pelos colonizadores europeus.

Entre o período colonização e o início do Século XX não havia desenvolvimento no Brasil das políticas sociais. A igreja Católica por meio das Santas Casas de Misericórdia prestava assistência aos idosos, aos órfãos e aos pobres.

Assim entre os séculos XVI e XVII, os jesuítas passariam a trabalhar com órfãos para alfabetizá-los e evangelizá-los. No século XVIII as crianças rejeitadas

eram colocadas na porta de orfanatos, na Roda dos Expostos⁴, cilindro rotativo que as recebia anonimamente, passando á Instituição Religiosa sua responsabilidade.

Ressalta ainda, que alta mortalidade, o abandono e a doação de crianças não eram considerados como tráfico de exploração da Infância, mesmo que originadas de dificuldades resultantes de aspectos econômicos, sociais e culturais da época com relação à escravidão.

Conforme Reis (1999), as fases correspondentes à Infância, à adolescência, idade adulta e a velhice são as mesmas para população livre e para a população escrava, o que as diferencia é a função social desempenhada pelas categorias de idade.

As crianças livres independentes da cor poderiam ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, ao passo que a criança escrava quando atingisse os seus 8 anos, ingressaria no mundo do trabalho.

A lei do Ventre Livre (1871), mascarava o sentido de liberdade às crianças de mães nascidas no Brasil. Contudo, estabelecia que o filho de escrava, “um menor” até a idade de 21 anos, com intenção de evitar á libertação de menores, uma vez que este filho de escravo mantinha o seu valor de mão de obra.

⁴ A Roda dos expostos era uma Instituição que existiu em Portugal e na França, embora extinta nesses dois países, foi exportada para o Brasil nessa época. O Objetivo era salvar vida DOS recém-nascidos abandonados, cuja tentativa para posterior encaminhamento, para trabalhos produção e forçados, de transformar a população pobre em classe trabalhadora.

- A Roda dos Expostos era um aparelho em formato de cilindro, com um dos lados vazados, assentado num eixo que produzia movimento rotativo, anexo a um asilo de menores. Tipo de engrenagem era propicio por possibilitar não saber a identidade daquele que abandonava (...) Esses espaços num primeiro momento absorvia frutos de uniões com amores ilícitos. Com o tempo o seu uso destinou-se também indivíduos que abandonavam seus filhos por não possuir meios materiais de ficar com os mesmos e criá-los. (PRATES e REIS, 1999)

Com essa Lei, no século XIX a questão da criança já era entendida como problema social devido às questões ligadas à abolição da escravatura e Proclamação da República.

No século XX foram criadas muitas entidades ligadas a Igreja Católica com finalidade de educação fundamental e preparo para o trabalho de órfãos abandonados e delinqüentes.

Conforme Reis (1999), em 1923, com mobilização da Igreja e sindicatos, as denúncias do trabalho da mulher e exploração da mão-de obra infantil, levou o Estado a desenvolver políticas públicas específicas por meio da lei que autorizava serviços de assistência e promoção da infância abandonada e pobre.

O Código de Menores é instituído em 1927, que designa “menor” uma nomenclatura jurídica e social que classifica à infância pobre, separando as crianças e adolescentes pertencentes a outros segmentos da sociedade.

No período de 1945/1964 a administração pública tende a aprofundar as conquistas sociais do período anterior com relação à população de baixa renda, e também garantir o controle da burocracia do Estado diante da mobilização e organização da população pobre.

No período de 1964 a 1980, o Estado considerava a política social o meio de atender as necessidades sociais em nome dos efeitos econômicos.

As leis que existiam no período de entre 1964 nº 4513/64 estabelecem a Política Nacional do Bem Estar de Menor, coordenado pela FUNABEM e execução estadual da FEBEM, aparentavam mudanças, mas contraditoriamente era mantida caráter assistencialista e repressor. O código de menores (Lei nº 6699/79) regulamentava a proteção e a vigilância Menores em situação irregular.

No Brasil até final da década de 1970 coexistiam duas visões políticas opostas ao trabalho com Infância Marginalizada: caráter repressivo e assistencialista e outra surgida dos movimentos populares pela luta dos direitos do jovem.

Na década de 80 ocorreram importantes transformações, segundo Reis (1999), no plano político para Infância, pois surgem ONG, ligadas ao Estado ou emergindo de outros aspectos sindicais e eclesiásticos, e havia também profissionais insatisfeitos dentro das instituições.

Em 1990 com a movimentação de entidade para mudar situação jurídica da infância brasileira, ocorre à inserção do artigo 227, na Constituição federal com base na Doutrina de Proteção Integral a todas as crianças e adolescentes.

O termo “menor” e o antigo código de menores são substituídos e passa a designar crianças e adolescentes, os cidadãos, sujeitos de direitos, como prioridade do E.C. A (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Apesar dessa lei na atualidade ser a mais avançada no mundo nesta área, verifica-se que contraditoriamente há casos de extermínio entre crianças e adolescentes denunciados por investigação jornalística.

Apesar do E.C. A garantir direitos às crianças e adolescentes como cidadãos, na prática mostra que muitos são os que necessitam de proteção e poucos os que têm realmente seus direitos assegurados.

2.3 Da política de atendimento ao menor à política de direitos da Criança e do Adolescente.

De acordo com Graciani (1997), todas as políticas de atendimento latino-americanas ‘menoristas’, antes do surgimento do E.C. A eram baseadas na doutrina da Situação irregular⁵.

O E.C. A surge como tentativa de alterá-la, com objetivo de proteção integral à criança e adolescente, e os entende como sujeitos de direitos. A legislação infanto-juvenil brasileira envolve relações das condições materiais e jurídicas com dois tipos de Infância:

- a) “minoria com necessidades básicas amplamente satisfeitas (crianças e adolescentes)”;
- b) “maioria com necessidades básicas total ou parcialmente insatisfeitas (denominados menores)”. (GRACIANI, 1997,p.266)

Assim a Situação Irregular mostra que para a categoria crianças e adolescentes as leis são ‘indiferentes’. Para a segunda categoria as leis condicionam sua existência desde o nascimento, com controle social, baseado na subestimação estigmatizadora do vínculo entre as condições materiais e as condições jurídicas da Infância.

Nessa doutrina o juiz tem poderes absolutos, essa legislação anterior está inserida no contexto social neoliberal e teve significado de controle social, aparentava realizar algo pelos ‘menores’. Na sua essência a doutrina de situação irregular agia sobre a categoria dos ‘menores’ com medidas de controle social.

⁵ “A doutrina da situação Irregular “parece ser acompanhada de contradições e discrepâncias de classe social, devido, de um lado, á falta de definições claras do que significa” situação irregular – doutrina jurídica que tem pouco de doutrina e nada de jurídico e por outro lado, devido o fato de que sua missão consiste, na realidade em legitimar regras a sujeitos vulneráveis que, por essa razão são chamados de “situação irregular”: abandonados, vítimas de violência, de abusos sexuais ou maus tratos, além dos supostos “infratores” da lei penal quando pertencentes aos setores mais fragilizados da sociedade, constituindo-se em clientes potenciais dessa definição.” (GRACIANI, 1997, p.266-267)

A década de 1980 foi histórica, segundo Graciani (1997), devido a redemocratização política do país, e também a elaboração e aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança; esta segunda teve forte importância para a América Latina, em especial para o Brasil.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança foi importante por vários motivos, entre eles: mobilização da sociedade na luta pelos direitos da criança, com término da doutrina de situação irregular.

A ruptura dessa doutrina abre espaço para entender a categoria social infanto-juvenil como sujeitos de direitos. A partir de então houve a promulgação de leis dirigidas ao universo das crianças e adolescentes, o que possibilitou algumas alterações na visão do poder Executivo e Judiciário referente às mobilizações sociais, apoiada por alguns juristas de renome que aderiram a luta por direitos.

Por parte de alguns setores da sociedade, em específico no setor Judiciário manifestaram oposição quanto aos princípios da Convenção, pois desejavam que a doutrina de situação irregular permanecesse. Outros criticavam a possibilidade da Convenção de fato tornar-se aplicada.

‘Vale ressaltar que um conjunto de leis está corporificado na “doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Infância”, composta pela Convenção Internacional das Nações Unidas dos Direitos das Crianças, estabelecendo as regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores. Elas constituem um Corpo de Legislação Internacional que modifica total e definitivamente a doutrina da “situação irregular”, substituindo-a pela doutrina de Proteção Integral, cuja essência é o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito pleno de direitos”. (GRACIANI, 1997, p. 269)

Diante disso as políticas públicas tiveram de reconhecer o princípio da Constituição de que os todos os cidadãos poderiam ser detidos, somente em caso de flagrante do delito, com ordem escrita e assinada pela autoridade competente. Com essas determinações alterou-se o papel do juiz e sua função judicial.

Toda essa mudança implica, também na necessidade da sociedade e grupos de defesa e luta pelos direitos da Criança e Adolescente estudarem e aprenderem sobre as novas medidas legais.

Os órgãos de assistência também para operacionalizarem suas ações para a Infância passaram a aliar-se aos movimentos sociais e cenários jurídicos, com base na garantia Constitucional básica para a infância.

A atenção aos “meninos de rua”, foi revista pela área da assistência que por tanto tempo em nossa sociedade foi omissa em relação à infância. Como exemplo podemos citar as políticas de proteção especial que agiam com rotulação, confinamento, apreensão, e após o E.C. A sua ação está voltada para o âmbito das medidas sócio-educativas.

Segundo Graciani (1997), é necessário considerar que toda essas transformações continuam em processo de implantação, são acompanhadas, definidas e fiscalizadas pelos Conselhos Tutelares, estabelecidos no E.C.A e que existem a pouco tempo no Brasil. Além desses órgãos institucionais existem também: Fóruns de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centros de Defesa dos Direitos da Infância e o Conselho de Direito da criança e adolescente (C.M.D.C. A/ CONANDA).

A existência da doutrina de Proteção Integral da Infância é o primeiro passo na garantia dos direitos e conquistas ‘jurídico-política, com objetivos de melhoria das condições de vida da Infância e adolescência brasileira.

“Diante da progressista visão de atendimento integral da criança e adolescente, prevista legalmente no E.C. A, que define que o atendimento far-se-á por um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no artigo 86, depreendem-se dois princípios fundamentais: o da hierarquia e o da

complementaridade na estruturação da política de atendimento. O primeiro se incumbe da organicidade do conjunto de ações, por instância de poder, e o segundo se responsabiliza pela reconstituição das diversas modalidades de intervenções presentes na sociedade em parceria com o Estado”.(GRACIANI, 1997, p. 271)

Assim, são quatro as modalidades de intervenção estabelecidas para esse atendimento, e configuram-se em política pública, que são: proteção social básica, assistência social, proteção especial e garantia de direitos.

A proteção social básica corresponde ao atendimento mais abrangente, direito de todas as crianças e adolescentes e dever do Estado.

A política de assistência social abrange segundo a própria lei “aqueles que delas necessitam”, pessoas ou grupos que estão em situação permanente ou temporária, de fragilidades e exclusão social. No Brasil, essa situação é freqüente e vivida pela maioria da população, principalmente crianças e adolescentes, em que os pais recebem renda de um salário mínimo e em alguns casos abaixo desse valor.

As políticas de proteção especial destinam-se a crianças e adolescentes que se encontram em situação de extrema fragilidade com ameaça de rompimento de vínculos familiares, e vivenciam fatores que ameacem efetivamente sua integridade física, psicológica ou moral causados por qualquer agente social (família, instituição, Estado).

Essas políticas dirigem sua ação para as crianças ou adolescentes vítimas do abandono, do tráfico, as que fazem da rua o seu espaço de viver e de morar, as vítimas do trabalho abusivo e explorador, os envolvidos no uso e/ou tráfico de drogas, os adolescentes prostituídos e em conflito com lei, em razão do cometimento de um ‘ato infracional’ “. (GRACIANI, 1997, pág.. 272)

As políticas para garantia de direitos individuais e coletivos da população infanto-juvenil atuam (ou deveriam atuar) para assegurar e manter o respeito aos direitos, e se for preciso aplicar medidas de punição em casos de transgressão, junto ao Estado. Os principais executores são: Ministério Público, Defensoria Pública, Magistratura e Segurança Pública.

Mesmo tendo as políticas públicas de atenção à criança e adolescente durante essa última década, sido muito discutidas seja pelos setores sociais e políticos, verifica-se que não há uma cultura política democrática que sustente valores e ações para consolidação da cidadania para todos. Todas as mudanças ocorridas não significam alteração na realidade brasileira no que se refere à desigualdade social em geral, e especificamente às crianças e adolescentes.

As crianças e adolescentes vivem em meio à pobreza extrema, com atendimento discriminatório em instituições governamentais e não governamentais. Os motivos para isso podem ser: falta de vontade política ou resistência às mudanças político-institucional.

Enfim de acordo com Frontana (2001), a criação de uma legislação para atender à infância pobre no Brasil, não foi fruto da preocupação com as crianças e adolescentes nas ruas, não havia real atenção na vida desses meninos e meninas. Visavam atender a uma elite dominante preocupada com sua própria segurança, na medida em que acreditavam que na rua esses atores sociais influenciados por todo o tipo de delinqüência, poderiam aumentar a marginalização.

2.5 O universo Infantil e a família

Segundo Frontana (1999), o sentimento de infância corresponde a consciência da particularidade infantil, o que difere a criança do adulto, mesmo jovem, no universo próprio da criança.

Durante a Idade Média e começo dos tempos modernos, nas classes populares a criança, assim que era capaz de dispensar a ajuda da mãe ou da ama, estava inserida na sociedade dos adultos. A partir do Século XVII, essa forma de socialização passa a ser condenada por moralistas e educadores, preocupados com desenvolvimento psicológico e moral da criança, defenderam a idéia de educá-las separado dos adultos, e prolongar o tempo de duração da infância.

O interesse pela educação das crianças está relacionado ao sentimento de família. A família nessa mesma época citada acima pela autora, tornou-se lugar de afeto entre os conjugues e entre pais e filhos, algo que não havia antes. Afeição que está ligada á importância da educação. Os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos, e os acompanhava. A família passou a se organizar em torno da criança.

Segundo ainda Frontana (1999), a família e escola retiraram a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou a infância antes livre, a regras cada vez mais rigorosas. A preocupação da Igreja, família, dos moralistas e administradores transformou a antiga indiferença para com a criança em um amor obsessivo, que vigora na sociedade, a partir do século XVIII.

A família colonial constituiu-se num dos mais fortes obstáculos à consolidação de uma nova ordem urbana emergente, a qual dependia da prosperidade das elites burguesas e do Estado Nacional moderno. Para alcançar tal objetivo era necessário intervir na antiga forma de organização familiar para possibilitar, de outro lado um projeto de modernização da sociedade. Tarefa realizada pela ciência médica, por meio de técnicas de persuasão e estratégias de ataques, a medicina higiênica incentivou, e até impôs, novos hábitos e condutas, transformando os indivíduos em função das razões do Estado.

A medicina higiênica⁶ aliada ao Estado brasileiro busca universalização dos valores aos membros do grupo familiar para que assim fiquem domesticados e disciplinados á serviço da nação, passando-lhes a idéia de que Estado era mais importante que o grupo familiar.

Com isso pais e filho passam a valorizar o convívio íntimo entre eles, abandonando a companhia de pessoas estranhas. Os pais passam também a acompanhar o desenvolvimento físico e sentimental dos filhos, com educação mais individualizada, e transferindo aos mesmos a consciência das suas próprias individualidades.

Na estrutura econômica da Colônia, a criança era ignorada, dava-se atenção á defesa do patrimônio, e apenas o homem adulto dispunha de requisitos para preservação do patrimônio. Ao pai proprietário interessava somente os filhos adultos, capazes de herdar seus bens e dar continuidade ao seu trabalho.

De acordo com a perspectiva histórica, a nova maneira de enxergar á infância alterou-se, o desenvolvimento físico e emocional do individuo, passaram a ser importante, como estratégia de aumentar suas diferenças, formando um novo papel social que reconhecia na infância o direito à cidadania.

No decorre desse processo, iniciavam-se noções em defesa dos direitos da criança e do adolescente, sendo que alimentação, saúde, educação, lazer, cultura e outros tornaram-se no mundo ocidental contemporâneo, direitos desses sujeitos sociais, a serem assegurados pelo Estado, família, sociedade.

Contudo, ter os direitos garantidos em lei, não significa sua efetivação. E isso também não significa que sejamos mais respeitosos, com Criança e Adolescente hoje que nos séculos passados.

⁶ A medicina higiênica refere-se a ordem médica que irá produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e á disposição da cidade, do Estado, da pátria."(FRONTANA, 1999, pág..40)

2.4 Violência histórica contra criança e adolescente

Apesar da violência ser um fenômeno de difícil apreensão, a intenção é contextualizar à partir da realidade brasileira, quanto ao que chamamos violência estrutural e violência doméstica. O objetivo não é identificar todas as formas e questões do fenômeno, contudo expor que as diversas formas de violência estão ligadas aos conflitos do sistema social e interpenetram-se em níveis interpessoais.

Conforme Minayo (in Westphal, 2001), a violência pode ser conceituada pelo uso da força, com vistas ao abuso ou aniquilamento seja do indivíduo, grupo, segmento social ou um país.

“A violência contra criança e adolescente constitui-se em todo ato ou omissão de pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar danos físico, sexual e /ou psicológico à vítima. De um lado implica uma transgressão no poder / dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento”. (MINAYO in ASSIS, 1994; GUERRA, 1996)

A violência contra criança e adolescente está inserida na trajetória humana, em diferentes modalidades, expressa em diversas culturas. Ocorre que freqüentemente as vítimas podem se tornar agressoras

A violência estrutural manifesta-se na condição de vida das crianças e adolescentes, devido aos fatores histórico-econômico e social, fragilizando o seu desenvolvimento e crescimento. Para tanto, apresenta-se como ‘naturalizada’, como se existisse sem ação dos sujeitos. É percebida apenas quando as vítimas, através de algum mecanismo de resistência (delinqüência é um deles), ou movimento de consciência social, tornam-nas visíveis em forma de denúncia.

Na instauração do Regime Republicano, o país teve como alterar rumos da história, sendo discutida nessa época a necessidade de se investir na infância. Mas o Brasil optou por políticas sociais de tutela do Estado sobre a infância pobre.

Houve uma separação da infância privilegiada protegida pela família e infância marginalizada, em que o destino deste segundo grupo eram as casas de detenção, juizado de menores, e pela própria família ao tornarem-se menores trabalhadores, situação existente há cem anos.

A violência estrutural tem muitas formas limites de manifestar-se, das quais serão citados os : “meninos de rua”. Muitos estudos têm sido feitos no país através da literatura existente e trabalhos de campo por amostragem em todas as regiões do país para traçar o perfil dos “ meninos (a) de rua”.

Com isso, tanto a bibliografia analisada quanto a experiência de campo, apontaram que a primeira causa de ida para rua por parte da criança e adolescente é a miséria e absoluta falta de condições familiares para sua subsistência, e a segunda (constitui o foco de nossa pesquisa) são os conflitos familiares.

Nas ruas das grandes cidades os “meninos de rua” convivem com ameaça à sua vida, indução ao crime, maus tratos praticados por policiais ou por outros seja comerciantes ou seguranças, e a exploração, vistos como “futuros bandidos”.

O fenômeno “meninos de rua” não é recente, e não ocorre apenas no Brasil. Todos os países da América Latina apresentam essa forma de violência estrutural.

Durante a trajetória da civilização a violência contra crianças e adolescentes além de ter caráter arbitrário, em que os pais decidiam por suas vidas, esteve ligada também ao processo educacional. A violência era justificada como resposta à desobediência e rebeldia. Mas a violência maior foi reservada às crianças abandonadas por seus pais.

Do ponto de vista ideológico na sociedade ocidental muito se tem caminhado no sentido de acreditar que hoje sejamos mais respeitosos com crianças, mas há estudiosos que não concordam com essa afirmação.

Ainda de acordo com Minayo in (Westphal, 2001, p.97), se no decorrer da história as sociedades praticavam infanticídio, os espancamentos e incestos, sacrificando e mutilando crianças em prol de amenizar a culpa dos adultos, hoje, apesar do reconhecimento dos direitos dos mesmos, permanece a matança, mutilação, submissão a fome devido, as nossas atividades sociais, militares e econômicas.

Conforme Guerra (2000), a violência doméstica envolve uma relação com a violência estrutural, violência entre classes sociais, inerentes ao modo de produção das sociedades desiguais. Contudo, implica outros fatores que não apenas os estruturais. Permeia todas as classes sociais, sendo uma violência interpessoal.

“Portanto, a violência doméstica contra crianças e adolescente representa todo ato ou omissão praticada por pais, parentes ou responsáveis contra crianças ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e ou psicológico á vitima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, um negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados, como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.” (GUERRA,2005, p.32 -33)

Capítulo III

3.1 Cenário de descobertas

O cenário observado revela uma realidade de pobreza e miséria dos “meninos de rua” do Vale do Anhangabaú (SP). Há em alguns cantos do Vale, colchões onde dormiam não só crianças, mas os adolescentes, homem e mulher (adultos) e cachorro. Nas escadas, meninos fumando cigarro, outros com saquinho plástico transparente com cola dentro, cobrindo a região do rosto (nariz e boca) e soprando aquele ar para dentro dos pulmões.

No meio do local, na praça alguns meninos deitados uns sobre os outros, em pleno dia eles dormiam como se não tivessem dormido a noite. Uma das agentes que acompanhou a pesquisa chamou-me para próximo, ao abordar um garoto que já conhecia. Após cumprimento perguntou por que o mesmo não permaneceu no serviço em que foi encaminhado na terça-feira anterior (dia de muito frio na cidade de São Paulo), e ele respondeu que houve “rebelião” (os educandos quebraram a instituição em que estavam) , porque uma garota que conheciam queria entrar no serviço e não foi permitido pelos profissionais.

Questionamos se ele desejaria responder entrevista, o mesmo olhou e disse que não. Outra colega quis insistir, mas solicitamos que não o fizesse, pois é do direito dele aceitar ou não. Mesmo assim começamos “a trocar idéia” (dialogar), e ao questionar durante a conversa o motivo que o levou para a rua, o adolescente respondeu que a mãe é alcoolista e sempre bate nele, por isso saiu de casa.

A agente que estava presente percebeu em seu ouvido um líquido amarelo acumulado em certa região desse órgão (ouvido) e chamou-o para levar ao médico, e que depois retornaria o mesmo não aceitou, não demonstrava a menor vontade de acompanhar-nos, e disse que não aconteceria nada porque não sentia dores. Orientamos que a dor pode vir posteriormente, mas foi sem sucesso.

Mais para frente desse mesmo local estava outra agente social conversando com um garoto que aparentemente é novo no local. Preenchia sua identificação social (nome, idade, região que mora, porque saiu de casa, entre outros). Contudo, a coleta de informações, não foi satisfatória, (porque o irmão que estava presente cochichou no seu ouvido algo), e logo após o mesmo relatou muito pouco. Mas o seu olhar era de tristeza, unhas pretas (sujas), roupas com aparência velhas, tênis rasgado e desamarrado. Parecia que desejava falar mais, mesmo que não apresentando interesse em sair do local, mas pouco conversou e olhava às vezes em minha direção.

O irmão chegou perto de nós, pediu um abraço e deu um beijo. No beijo dele (tentou beijar-nos na boca) sentia-se bafo de cola. Logo após a agente disse que estava “alto”, ele negou e falou que sabia o que fazia, para confirmar isso quis por si só sem nenhuma solicitação nossa, descrever a minha roupa e da agente (respondeu corretamente os dados e descrição).

Ora falava conosco, ora voltava a ficar com os companheiros que dormiam, ora se jogava nos degraus da escada, quando solicitado o nome dos irmãos disse que tinha vários irmãos, a agente pediu os nomes, ele começou a falar o primeiro, depois o segundo era o mesmo nome e o terceiro, quarto e quinto também. Ela disse que ele estava mentido e não queria responder.

O outro irmão que forneceu algumas informações, apenas disse o nome de alguns dos seus irmãos, dez nomes, sendo que relatou ter 16 irmãos. Não lembrava o restante dos nomes porque os outros não moram em São Paulo e não chegou a conhecê-los. E disse que morava no bairro de Santa Cecília, mas não sabia o nome da rua, contudo passou o nome da escola que estudava, e lembrava que perto de sua casa tinha um bar.

Fomos embora do local às 13:30, deixando para trás aqueles três meninos que abordamos, que voltavam as suas vidas: um deles voltou para perto do companheiro, o que olhava em minha direção continuou a observar-nos ao longe, e outro chegou perto de um senhor idoso que fumava, e pediu uma tragada no cigarro.

No dia 11 de agosto, no período da manhã, novamente fomos ao Centro, na Praça da Sé, acompanhados por uma agente social, e ao darmos uma volta ao redor da praça, encontramos com um rapaz de 21 anos, começamos a conversar. Ele contou sobre o vício das drogas, “dez anos nessa vida”, usa maconha, já experimentou crack e cocaína, mas não gostou. Quanto á família, a mãe e as irmãs moram em Fortaleza, a genitora é costureira. O rapaz disse que as condições de vida lá não são muito boas, gostaria de ajudar a mãe mas “ela tem as minhas irmãs, eu gostaria de pedir ajuda para um amigo meu, que ta aqui faz algum tempo, e me preocupo com ele, tem apenas 12 anos, mas hoje ainda não o vi, deve tà por ai daqui a pouco aparece”.

Quando apareceu um garoto com coberta no pescoço, aparentava ter aproximadamente 13 anos, a agente chamou-o, e pediu para conversar, mas ele ia parando, mas olhou bem, percebeu que era uma agente, e até perguntou você é agente, não é? A mesma confirmou, e ele disse estar sem tempo, saiu apressadamente.

Continuamos a conversar, e depois de algum tempo o rapaz de 21 anos deu um grito: “olha ele tà ali, deixa eu chamar pra você conhecer, ô Roberto vem aqui, queremos falar com você!” O menino se aproximou, e trazia em suas mãos um copo plástico vazio. Onde estávamos tinha um buraco fundo com forte corrente de ar. O garoto começou a deixar o copo virado com boca para baixo e o ar soprá-lo para cima, como se fosse um balão impulsionado pelo vento. A atenção dele era voltada só para isso, estava concentrado em ver o copo voar,

depois pegou-o e cortou em volta em partes e continuou a observar. O amigo de 21 anos perguntou se ele gostaria de conversar, mostrou-se indiferente. Disse claramente que não desejava falar com ninguém da sua vida, e depois disso conversamos sobre o copo e movimento do ar.

Perguntei ao menino de 12 anos, se ele comeu alguma coisa, balançou a cabeça em movimento negativo e disse não. O rapaz de 21 anos, disse que esse garoto o “Roberto”, está na rua há bastante tempo e é viciado em crack, tem pena dele, acha que é um menino muito novo para estar nessa vida. Segundo o que sabe, e disse que foi difícil o menino se abrir com ele, demorou algum tempo, mas que não conheceu o pai, e a mãe o abandonou.

Ao perceber que realmente desejava ficar longe de nossa presença, dissemos tchau e agradecemos, e continuamos nossa caminhada. Por todos os lados na Praça da Sé é nítido a presença de pessoas abandonadas de tudo, sem nada, sem o que comer, dispersos em conversas em grupo. Não percebi ninguém sozinho, todos em situação de rua, em sua maioria adultos, andam sempre em grupo, sentados em alguma parte da Praça, próximo ao chafariz, e muitos nesse mesmo local, utilizaram como seu ponto de permanência. Havia um grupo com homens, mulheres e um garoto junto, aparentava ter no máximo dez anos. A agente pediu para que eu não me aproximasse, porque ali era o grupo dos traficantes. Notei que um dos homens ao notar meu olhar, começou a observar-nos.

Mas a nossa atenção voltou-se, quando um senhor chamou-nos pedindo socorro, porque uma das mulheres que dividiam espaço com eles, estava passando muito mal. Relatou-nos que ela tem o vírus HIV e que fazia muito tempo que não tomava coquetel. Contou que pensou em chamar o SAMU, mas acha que eles não viriam, eu disse-lhe que ao acionar o SAMU eles perguntam os sintomas da pessoa, e acreditava que viria, ainda mais em tal estado que se encontrava.

Mas como estava ali, só na observação chamei a agente que me acompanhava e a mesma informou que não, “o SAMU nesses casos não vem”, e assim ligou para o seu supervisor solicitando a perua (transporte-Prefeitura), para levar a mulher, mas disse que ela precisaria de um acompanhante. Todos que se encontravam no local, e dividiam o mesmo lugar de permanência, disseram que “ela não era nada deles, e usuária de crack, e a situação vem agravando, e o governo que tem que cuidar dela”.

Diante disso, a agente social, informou que retornaria para buscá-la, mas que iria até a perua, para mostrar o local que estavam. Chegando lá, as outras agentes disseram que havia outro caso grave que precisaria de atendimento, uma senhora com tuberculose. Mas ambas disseram que somente poderia socorrer uma delas, e começaram a comentar quem estava em estado pior para ser socorrida.

Fomos embora, deixando para trás aquele universo com pessoas sentadas pelos cantos, mas notamos que nesse dia não havia muitos meninos em situação de rua. O rapaz de 21 anos, anteriormente, disse que há horas que estão lá, mas de vez em quando desaparecem.

3. ASPÉCTOS RELEVANTES NO COTIDIANO DOS “MENINOS DE RUA”: ANÁLISE DE DADOS

3.2 Região Central da Cidade de São Paulo

O presente trabalho foi desenvolvido na região central da cidade de São Paulo , em especial nas ruas situadas próximo a Praça da Sé, Vale do Anhangabaú.

Após a realização do estudo teórico e coleta de dados, buscou-se conhecer através de relatos dos sujeitos pesquisados sobre o motivo de utilizar o espaço público como forma de sobrevivência e moradia.

3.3 Entrevistados: Total de cinco “meninos de rua”, com idade entre 14 e 16 anos, com vínculo familiar.

3.4 Identidade dos entrevistados

Para preservar a identidade e integridade moral dos "meninos de rua" os nomes verdadeiros foram alterados por nomes fictícios.

Atualmente a criança e adolescente tem seus direitos garantidos conforme dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente. No entanto conforme aponta Graciani (1997), mesmo com as políticas públicas de atenção à criança e adolescente durante essa última década terem sido muito discutidas seja pelos setores sociais e políticos, verifica-se que não há uma cultura política democrática que sustente valores e ações para consolidação à cidadania de todos. Todas as mudanças ocorridas não significam alteração na realidade brasileira no que se refere à desigualdade social em geral, e especificamente das crianças e adolescentes.

Para essa pesquisa aplicou-se a entrevista qualitativa estruturada para a coleta de dados, sendo que a interpretação e análise de dados fizeram parte da investigação.

Foram pesquisados cinco sujeitos que são os “meninos de rua” que se encontram na região central de São Paulo, que saíram de casa devido a briga com algum membro (s) familiar. O tempo que estão nas ruas, varia de acordo com a história de vida do entrevistado, mas é correspondente entre um a cinco anos, conforme relatado pelos sujeitos pesquisados.

Motivos alegados para estarem nas ruas

A briga com o padrasto é abordada pela maioria dos entrevistados como justificativa para sair de casa, geralmente desencadeada de um conflito já existente nas relações.

“Não matar o meu padrasto, ele é folgado, tirava uma todo dia”.
Daniel. 14 anos.

“Porque o pai casou-se novamente, e voltou a usar drogas e bebida alcoólica. Tinha muito conflito com madrasta que induzia o pai a brigar com filho.” Fabio.16 anos

“Por causa do meu padrasto, não gosto dele, é folgado. Brigava comigo”. Diego, 16 anos.

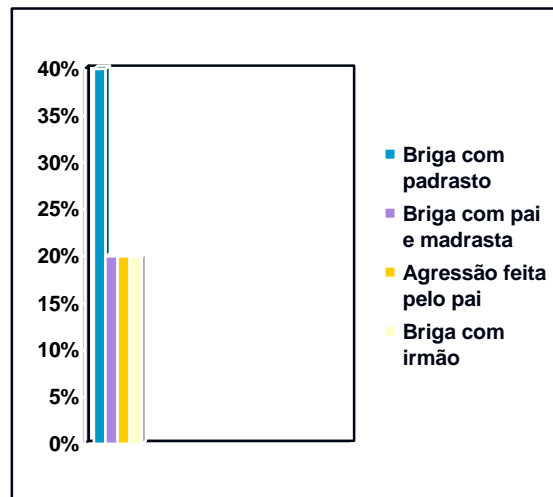
Na fala de outro adolescente quando questionado sobre o motivo de ter saído de casa, percebe-se que não é somente o filho que muitas vezes torna-se vítima, por vezes até a própria companheira:

“Porque meu pai chegava bêbado, batia na minha mãe e em mim”.
Igor, 14 anos.

No entanto a violência vivida dentro de casa também faz com que a vítima reproduza isso em suas atitudes.

“Um dia fui na biqueira (lugar que vende drogas), peguei uma arma, cheguei em casa e aponte para ele”. Daniel. 14 anos

Abaixo foi feito gráfico para representar os motivos alegados para utilizar o espaço público como forma de moradia e sobrevivência, apontado por 40% pela briga com padrasto, 20% briga com pai e madrasta, 20% agressão feita pelo pai e 20% briga com irmão.



Dificuldades vividas por utilizar o espaço público como forma de moradia

Inicialmente nos relatos, percebe-se que uma das dificuldades vividas pela maioria dos entrevistados nas ruas é a violência policial. O primeiro entrevistado já alertou para esse drama::

“G.C.M, odeio PM, se eu pudesse matava todos...” Daniel. 14 anos

O relato de outro entrevistado ratifica essa realidade, ao descrever um episódio sobre o ato vivido a pouco tempo antes da entrevista realizada:

“Os policiais batem. Com relação a isso contou que esses dias os G.C.M (Guarda Civil Metropolitana), pegou ele e bateu a cabeça na parede, tirou sangue (mostrou a boca machucada)”. Diego, 16 anos.

Essas falas apontam para o que a autora Frontana descreve:

Conforme Frontana (1999,pág.128), faziam parte do cotidiano das crianças e adolescentes de rua a violência praticada por órgãos e aparelhos do Estado, praticas justificadas para a manutenção da ordem social, os métodos usados eram brutais. Ao escrever sobre esse assunto a autora se reporta à época do início do desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo, contudo pelos relatos dos entrevistados pode-se perceber que a violência policial continua a fazer parte da vida dos “meninos de rua”.

Em outro depoimento nos deparamos com um fator muito importante que é o uso das drogas:

“O pior é parar com as fissuras (vontade de usar as drogas)”. Daniel, 16 anos.

“Não conseguir seguir minha carreira de jogador. Depois que vim pra rua comecei a usar droga, perdi tudo...” Alberto, 14 anos

Durante os relatos foi mencionada a relação com drogas, apontado também como uma dificuldade, nas palavras de Daniel houve um momento que lhe perguntei qual era o motivo, ou melhor o fator principal para que as crianças ou mesmo os adolescentes permaneçam nas ruas, mesmo tendo a sua disposição

serviços institucionais para abrigá-los, no que respondeu que uma dificuldade era parar de usar as drogas, contou ainda, que com o uso das drogas você viaja, e quando se está dentro de uma instituição não é permitido o seu uso, por isso que muitos não permanecem nos serviços oferecidos.

A droga, ela é usada como um meio de proteção para quem vivência a realidade de viver nas ruas, expostos a violência, agressões, frio, fome. Torna-se certos momentos uma estratégia de sobrevivência.

Outra dificuldade encontrada nas ruas:

“ Era quando chegava à hora de dormir, porque na rua a gente não dorme um sono tranquilo, a gente vigia. De vez em quando cochila, e o pior é no horário da noite, e quando tá frio”. Fábio, 16 anos

“ Frio ainda mais quando fico sem cobertor.” Daniel, 14 anos

Com a reestruturação produtiva do Capital aliada à proposta neoliberal adotada pelo governo, a sociedade atual tem em sua estrutura de um lado uma minoria com usufruto da riqueza e tecnologia, e uma maioria que vivencia precárias condições de vida, e ao afetar a vida das suas famílias também agrava a vida da população infanto-juvenil. Além disso nesse processo de reestruturação produtiva há aumento do desemprego estrutural, e as pessoas sofrem com flexibilização e precarização do trabalho.

Na casa do adolescente Diego por exemplo, havia 8 irmãos, quando questionado sobre quem trabalhava para o sustento do lar, responde:

“Eu e meu irmão. Meu irmão trabalhava na feira, hoje tem o próprio ônibus dele”. Diego, 16 anos.

Já no relato de outro adolescente, sobre se desejava continuar nas ruas, o mesmo responde que:

“ Não, to esperando minha mãe comprar outra casa, porque vou ter um quarto só pra mim”. Alberto, 14 anos

Entende-se nesse caso que o motivo que levou o adolescente a ficar nas ruas, é a briga com o irmão. Alberto acredita que se a mãe conseguir comprar uma casa e ele tiver um quarto só dele as coisas serão melhores.

Ao pesquisar sobre a problemática dos “meninos de rua” é necessário entender como hoje está estruturada a família brasileira no contexto sócio-econômico estrutural, e as conseqüências advindas da reestruturação produtiva com proposta neoliberal, para vida da população.

Dentro desse contexto a família merece relevância pois representa o espaço indispensável para a formação do individuo e proteção integral aos filhos, e a mesma propicia os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes.

Contudo, no decorrer da pesquisa foi constatado que a própria família dentro do quadro vivido na sociedade brasileira, que envolve pobreza, desemprego e desigualdade social não é capaz de sozinha responder às seqüelas da questão social, em que ela mesma sofre essas conseqüências no seu cotidiano.

“Porque o pai casou-se novamente, e voltou a usar drogas e bebida alcoólica.”. Fábio, 16 anos.

“Porque meu pai chegava bêbado, batia na minha mãe e em mim” Igor, 14 anos.

Com relação aos pontos utilizados no centro da cidade há em comum entre os relatos abaixo utilização de pontos variados da cidade de São Paulo, mas sempre com maior concentração na região central:

“Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, Parelheiros e outros lugares, são vários”. Daniel, 14 anos.

“ Viaduto, Vale, República, Sé, Luz e Cracolândia”. Igor, 14 anos.

“ Fico na Sé, João Mendes, Paulista, Vale do Anhangabau, Viaduto do Chá, Tatuapé, Brás, Praça da República”. Diego, 16 anos

De acordo com Gregori (2000, p.15-22), um dos aspectos ao realizar pesquisa com os “meninos de rua”, é o fato de que eles se “viram” circulando. Movimentam-se constantemente, não ficam em apenas um lugar, estão em vários locais no espaço público.

O fato de permanecer nas ruas da região central é justificado pelos serviços que o centro da cidade dispõe em caso de banho, comida, ou mesmo para oferecer encaminhamento até Centro de Referência da Criança e da Adolescência. Mas o outro lado é a intenção de praticar atos ilegais, com intenção seja de roubar ou mesmo o acesso às drogas.

“Muitas vezes a gente rouba. Às vezes aparece algum turista para tirar foto, e ai a gente pega Câmera, o que ele tiver nas mãos, vacilou, né. Mas em outros quando percebemos que não tem ninguém para tirar foto, é só seguir alguém, e chegar num certo ponto e pegar as coisas dessa pessoa”. Daniel, 14 anos.

“A gente usa os serviços, como Associação Três Corações, toma banho e come, se quiser eles encaminha para algum lugar.” Fabio, 16 anos

“Pedia na Estação Barra Funda. Roubava todo mundo, menos senhora de idade, tenho dó”. Os objetos roubados eram: celular e notebook.”Alberto, 14 anos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tentou compreender a problemática dos “meninos de rua”. O estudo através da pesquisa de campo e dados bibliográficos apontou que a situação a que estão expostos os “meninos de rua” gerou na atualidade a ação dos movimentos sociais devido a deterioração das instituições, das relações e das condições de vida no Brasil dessa categoria. A partir disso houve uma luta para garantia dos direitos das crianças e adolescentes, conquistados na década de 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Através da pesquisa qualitativa, os resultados apresentados mostram as dificuldades encontradas no espaço público para sobreviver, a violência sofrida pelo aparato institucional do Estado e o conflito familiar vivenciado em suas casas.

Mas no campo de pesquisa apesar de todas os obstáculos encontrados para entrar em contato com os meninos, o ambiente dessa realidade possibilitou uma análise rica do universo vivido pelos “meninos de rua” da região central de São Paulo.

A pesquisa trouxe alguns pontos importantes advindos das falas dos entrevistados e presentes em suas vidas, tais como: a constituição familiar ao longo do processo histórico e na atualidade como está e que conseqüências têm para a formação da infância e juventude em nossa sociedade, ausência do pai biológico na vida das crianças e adolescentes, a liberdade apontada como um dos pontos positivos de estarem nas ruas e não em casa, o uso das drogas, a violência vivida nos espaços públicos em especial na região central praticada por policiais, não ter um local fixo para permanecer, a relação de desconfiança com as pessoas, o abandono do lar por motivo de maus tratos, o pai, mãe ou madrasta e padrasto que utiliza bebida alcóolica ou mesmo drogas, desemprego ou realização de atividade no mercado informal com renda mensal insuficiente para sustento da família.

Todo esse quadro aponta para expressões da questão social existente em nossa sociedade e que afeta profundamente as condições de vida da população brasileira, e também reflete na população infanto-juvenil.

O Serviço Social está inserido dentro da estrutura da sociedade e ao longo do processo histórico trabalha com prestação de serviços no campo da reprodução social, e conforme a conjuntura torna-se submetido as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Mas como profissão que tem como objeto de trabalho a questão social, o assistente social deve apreender essas transformações e encontrar novas formas de intervenção da questão social.

Durante a pesquisa um fator evidente era a abordagem dos agentes da Prefeitura da Cidade de São Paulo para com esses sujeitos, no sentido que não apresentavam conhecimentos técnico-metodológicos, na abordagem percebe-se a ausência de um profissional que detenha esses conhecimentos sobre a realidade brasileira no contexto socio-econômico, cultural, político.

O papel de educador social de rua pode fazer parte do trabalho do Assistente Social, o que aponta para uma área de intervenção para com esses sujeitos. Não basta apenas a luta pela garantia dos direitos, o profissional trabalha como executor das políticas sociais, mas não deve esquecer que o outro papel do assistente social é o de educador social, na medida em que pode agir para estimular as pessoas a serem sujeitos de sua própria história. Nesse caso, primeiramente desenvolver vínculos com essa população infanto-juvenil, não no sentido de impor uma mudança de vida, até porque muitos estão enraizados em um modo de viver muitas vezes diferente do nosso. O começo de tudo é aproximar-se do universo vivido por eles, e logo depois propor alternativas de acordo com seus interesses para possibilitar uma intervenção.

Dentro dessa problemática o papel do Serviço Social também é fundamental no aspecto em que se refere na luta por políticas públicas que garantam um mínimo de assistência às crianças e adolescentes e suas famílias, para que ao possibilitar a reprodução material da família, conseqüentemente estará trabalhando no sentido de oferecer à criança um espaço de realização de suas potencialidades.

Não acreditamos conforme verificou-se no trabalho de campo dos agentes sociais da Prefeitura de São Paulo que os “meninos de rua” utilizam o espaço público por livre escolha, ou que alguns saíram de suas casas por “safadeza”. Tem-se como visão que uma das razões de estarem nas ruas é por motivo de briga com algum membro da família, conforme exposto nos depoimentos.

Considerando o quadro social na atualidade, a permanência nas ruas é conseqüência de uma violência estrutural, fruto das transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas e que agrava as condições de vida de suas famílias, e resulta na fragilização dos vínculos familiares.

A rua entendida como espaço público para morar e sobreviver significa para esses sujeitos um espaço de liberdade, da brincadeira, mas de outro lado espaço que vivenciam a violência, a agressão e o medo.

Em todo o estudo entende-se “meninos de rua” como crianças e adolescente, sujeitos de pleno direito. A pesquisa considerou que o problema dos “meninos de rua” envolve o contexto sócio-histórico onde impera o desenvolvimento econômico excludente, deixando à margem o social.

Durante a pesquisa de campo, na observação da abordagem dos agentes sociais aos “meninos de rua”, ficou claro o quanto a questão dos números é importante para Prefeitura e como muitas vezes a intenção do trabalho de rua

caminha nesse sentido, e por vezes a pessoa que está sendo atendida não é vista como cidadão.

Assim durante todo o tempo na observação de campo, o olhar era para esse “menino de rua”, de tentar conhecer os motivos pelo qual utilizam o espaço público como forma de sobrevivência e moradia, e como é tão difícil sair das ruas, e ainda de como os vínculos familiares estão fragilizados a ponto dessa criança e adolescente preferir a rua do que a sua casa.

Compreender que o problema das crianças e adolescentes na rua é de suas famílias, que, de alguma forma, não conseguiram retê-las no lar e que as essas famílias não cumprem suas obrigações essenciais, sendo incapazes de garantir a segurança material e afetiva que dão condições ao pleno desenvolvimento de seus filhos é no mínimo culpabilizar o próprio sujeito pela situação vivida, e não analisar que na atualidade a própria estrutura familiar sofre modificações e vivência um processo que impossibilita a reprodução material de sua existência.

Dentro desse contexto a família merece relevância, pois representa o espaço indispensável para a formação do indivíduo e proteção integral dos filhos e demais membros, independente da forma como vêm se estruturando, é a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes.

Nossa intenção a partir do nosso objetivo na pesquisa foi investigar uma dúvida, no entanto acreditamos que nem sempre é possível respondê-las, mas espero com o trabalho ter contribuído para a compreensão dessa dura expressão da questão social.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, Ricardo. **“Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed.”** São Paulo. Ed. Boitempo,1999. Cap. I,II e III p.15-43.

ANTUNES, Ricardo (org). **“Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.”.** 1ª ed. São Paulo. Ed. Boitempo, 2006. cap. e II p.19-45.

AZEVEDO, Amélia Maria . **“Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento”.** In: GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.) 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Tânia. **“Os meninos e a rua; uma interpretação á psicanálise”.** Belo Horizonte. ED. FUMEC, 2001. P.37-43.

FRONTANA, Isabel Cristina Ribeiro Cunha. **“Crianças e Adolescentes nas Ruas de São Paulo”.** São Paulo. Ed. Loyola, 1999.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **“Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida “.** São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 1997.

GREGORI, Maria Filomena . **“Viração: Experiências de meninos na rua”.** São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2000. P.15-22.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **“Violência de pais contra filhos: a tragédia revisada”**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. Parte I

MINAYO, Souza de Cecília (Org). **“Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade”**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1994.

PRIORE, Mary Del (Org). **“Historia da criança no Brasil”**. São Paulo. Ed. Contexto, 1991. Pág. 129-145.

REIS, Carlos Nelson dos (org.). **“Fragmentos de uma metrópole: meninos e meninas em situação de rua”**. In: Prates, Jane Cruz. Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS, 1999.

WESTPHAL, Márcia Faria (org.). **“Violência e Criança”**. São Paulo. Ed. Edusp, 2001.

ANEXOS

ANEXO I**Termo de Consentimento**

Título do Projeto:

Endereço completo e telefone:

Pesquisadora Responsável:

Local em que será desenvolvida a pesquisa:

Resumo:

Confidencialidade:

Eu _____ entendo que qualquer informação obtida sobre mim, será confidencial. Eu também entendo que meus registros de pesquisa estão disponíveis para revisão dos pesquisadores. Esclareceram-me que minha identidade não será revelada em nenhuma publicação desta pesquisa; por conseguinte, consinto na publicação para propósitos científicos.

Direito de Desistência

Eu entendo que estou livre para recusar minha participação neste estudo ou para desistir a qualquer momento e que minha decisão não implicará em nenhum tipo de dano.

Consentimento voluntário

Eu certifico que li ou foi-me lido o texto de consentimento e entendi seu conteúdo. Uma cópia deste formulário ser-me á fornecida. Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar deste estudo

ANEXO II**ROTEIRO DE PESQUISA ESTRUTURADA COM PERGUNTAS FECHADAS****Entrevista realizada com os “meninos de rua”****Identificação do entrevistado:**

Nome:

Idade:

Questões:

1. Por que saiu de casa?
2. Desse tempo que está na rua, já voltou para casa?
3. Você tem irmãos?
4. Quanto tempo está nas ruas?
5. Na sua casa quem sustentava o lar?
6. Deseja continuar na rua?
7. Qual maior dificuldade encontrada na rua?
8. Você tem amigos na rua?
9. Quais pontos que você frequenta aqui no Centro?
10. Como você faz para se “virar na rua”?
11. Deseja voltar para casa (no caso quem ainda tem contato com a família)

ANEXO III**ENTREVISTAS I**

Nome: Diego (fictício)

Idade: 16 anos, nasceu em 29/11/1991.

Por que saiu de casa?

“Por causa do meu padrasto, não gosto dele, é folgado. Brigava comigo. Pegava as pinga dele e tacava na parede”.

OBS: Quando mencionou sobre o padrasto disse que hoje ele parou de beber, e agora só fuma.

Desse tempo que está na rua, já voltou para casa?

“Sim, semana passada fui visitar minha mãe, ela não sabe que estou na rua , pensa que eu moro com minha mulher.”

Você tem irmãos?

Sim. Anderson: 19 anos, Denis: 17 anos, Marcia: 13 anos, Erick: 11 anos, Jonas: 9 anos, Jonathan: 15 anos e Luis com 1 ano.

Quanto tempo está nas ruas?

Faz 6 anos.

Na sua casa quem sustentava o lar?

“Eu e meus irmãos. Meu irmão trabalhava na feira, hoje tem o próprio ônibus dele”.

Eu trabalhava como cobrador da linha Varginha, Marsilac. Sai de lá por causa da filha que tive, mora aqui na Tiradentes com mina mulher. Daqui a pouco ela passa aqui. “

Deseja continuar na rua? Por que?

“Sim, porque quero”.

Qual maior dificuldade encontrada na rua?

Os policiais batem. Com relação a isso contou que esses dias os G.C.M (Guarda Civil Metropolitana), pegou ele e bateu a cabeça na parede, tirou sangue (mostrou a boca machucada).

“Tem o rapa que pega também as cobertas, mas não é sempre só às vezes”.

Quais pontos que você frequenta aqui no Centro?

“ Fico na Sé, João Mendes, Paulista, Vale do Anhangabaú, Viaduto do Chá, Tatuapé, Brás, Praça da República (já fiquei com várias meninas lá desse lugar)”.

Como você faz para se “ virar na rua”?

“Estou aposentado da perna, desde semana passada. Me viro pegando papelão, latinha. Pintei o Creca Santa Cecília (lado de fora) e recebi R\$ 50.00”.

Deseja voltar para casa (no caso quem ainda tem contato com a família)?

“ Não, porque não posso sair, meu padrasto não deixa”.

ENTREVISTA II

Nome: Daniel (nome fictício)

Idade: 14 anos

Por que saiu de casa?

“Não matar o meu padrasto, ele é folgado, tirava uma todo dia”. Um dia foi na biqueira (lugar que vende drogas), peguei uma arma, cheguei em casa e apontei para ele. Minha mãe viu e pediu para eu não atirar. Falei para ela escolher entre eu e ele. Ela ficou quieta. Não falou nada. Como eu sabia que ela gostava dele, decidi sair de casa, sabia que ela não gostava de mim. Quando eu tinha 15 dias de nascimento ela tentou me matar, me jogou na parede.

Desse tempo que está na rua, já voltou para casa?

Retornei duas vezes, mas ai há briga com minha mãe.

Você tem irmãos?

Tenho nove irmãos. Jaime com 13 anos, 2 irmãos que são gêmeos, Lucas 11 anos, Felipe de dez anos, Henrique 7 anos, Helen de 6 anos, Caroline de 5 anos e Bianca de 1 ano e 4 meses.

.

Quanto tempo está nas ruas?

5 anos.

Na sua casa quem sustentava o lar?

Não foi feita essa pergunta, pelo fato dele ter vivido pouco tempo com a mãe.

Deseja continuar na rua?

“Por enquanto to tranqüilo, a gente não sabe o dia de amanhã”.

Qual maior dificuldade encontrada na rua?

-“G.C.M, odeio P.M, se eu pudesse matava todos e o Lula também... se fosse matar eu matava, ele fala muitas coisas e não cumpre;

- Frio, ainda mais quando fico sem coberto;

- O pior é parar com as fisuras (vontade de usar drogas);

- Conviver com as pessoas, a gente não sabe a maldade nelas”.

Você tem amigos na rua?

“Amigos não, tenho colegas. No mundo mesmo não confio em ninguém, não sei qual é a maldade que há nas pessoas. Quando eu trabalhava na Biqueira matei três que tava devendo droga, não paga, tem até tal dia para pagar, máximo são 5 dias para dar o dinheiro. O dono chega e diz ou você mata ele, ou é morto. Tem gente que morre por causa de R\$ 5,00.”

Quais pontos que você frequenta aqui no Centro?

Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, Parelheiros e outros lugares, são vários.

Como você faz para se “ virar na rua”?

Muitas vezes a gente rouba. As vezes aparece algum turista para tirar foto, e ai a gente pega Câmera, o que ele tiver nas mãos, vacilou, né. Mas em outros quando percebemos que não

tem ninguém para tirar foto, é só seguir alguém, e chegar num certo ponto e pegar as coisas dessa pessoa.

Deseja voltar para casa (no caso quem ainda tem contato com a família)?

Não sei, estão tentando ver com minha mãe, a assistente já foi na casa dela duas vezes. Talvez fique com meu avô.

OBS: No início da entrevista Daniel perguntou-me se eu estava com gravador, ao perceber que eu estava com papel e caneta.

Disse que muitas outras pessoas já fizeram entrevista com ele e usou gravador, e que acha meio estranho.

Respondi a ele que também não gostava de gravador, ele mostrou-se mais tranqüilo, e demonstrou estar mais a vontade.

Orientei-o que a entrevista para ser feita com qualquer pessoa depende de sua autorização, e que o mesmo tem o direito de negar respondê-la, a salvo em se tratando quando utilizamos o serviço de uma instituição (abrigo), até porque todas as informações dadas são sigilosas e são utilizadas apenas para trabalho da equipe técnica.

ENTREVISTA III

Nome: Fabio (fictício)

Idade: 16 anos

Por que saiu de casa?

Porque o pai casou-se novamente, e voltou a usar drogas e bebida alcoólica. Tinha muito conflito com madrasta que induzia o pai a brigar com filho. SIC

Desse tempo que está na rua, já voltou para casa?

Às vezes meu pai aparece, me chama de volta, diz que vai melhorar, eu volto e continua a mesma coisa.

Você tem irmãos?

Não por parte de mãe, a madrasta teve um filho com o pai recentemente.

Quanto tempo está na rua?

Faz 1 ano.

Na sua casa quem sustentava o lar?

“Meu pai era pedreiro, minha madrasta não trabalhava”.

Deseja continuar na rua?

Não.

Qual a maior dificuldade encontrada na rua?

“ Era quando chegava á hora de dormir, porque na rua a gente não dorme um sono tranqüilo, a gente vigia. De vez em quando cochila, e o pior é no horário da noite, e quando tá frio”.

Você tem amigos na rua?

“Tinha o meu amigo que sempre estava comigo (Fernando)”.

Quais os pontos que você freqüentava aqui no Centro?

Praça da Sé, alterava entre as linhas do metro que vai até o Jabaquara.

Como você faz para se “virar na rua” ?

A gente usa os serviços, como Associação Três Corações, toma banho e come, se quiser eles encaminha para algum lugar.

Deseja voltar para casa (no caso quem ainda tem contato com família)?

Não é possível voltar a viver com meu pai, até também por causa da madrasta. “ Sei que se eu voltar, vai ser as mesmas coisas”.

ENTREVISTA IV

Nome: Igor

Idade: 14 anos. Nascimento em 15/05/1993.

Por que saiu de casa?

“Porque meu pai chegava bêbado, batia na minha mãe e em mim. Um dia fui pegar Itaquera, andando, andando, me perdi da minha mãe e do meu pai”. Fui para Creca Centro, Tatuapé....

Desse tempo que está na rua já voltou para casa?

Não.

Você tem irmãos?

Tenho quatro irmãos.

Na sua casa quem sustentava o lar?

Meu pai.

Quanto tempo está na rua?

5 anos.

Deseja continuar na rua?

Sim.

Qual maior dificuldade encontrada na rua?

Muita gente queria bater, era como ‘largato “(todos mandam), virando empregado”.

Você tem amigos?

Tem. “ Metade não é amigo mesmo”.

Quais pontos você já frequênto aqui no Centro?

“ Viaduto, Vale, República, Sé, Luz e Cracolândia.

Como você faz para se virar na rua?

Come em bares, toma banho na piscina do Carrão. Roubava para se divertir.

Deseja voltar para casa (no caso quem ainda tem contato com família)?

“ Acostumei na rua, antes era uma droga”.

ENTREVISTA V

Nome: Alberto

Idade: 14 anos. Nascimento 29/06/1993.

Por que saiu de casa?

Porque o irmão brigava muito com ele. Não tem pai, só tem mãe. “Em casa o irmão fala mais que a mãe”.

Desse tempo que está na rua, já voltou para casa?

Vai e volta para casa.

Você tem irmãos?

Tem 4 irmãos.

Quanto tempo está na rua?

5 anos.

Na sua casa quem sustentava o lar?

Minha mãe e meu irmão.

Deseja continuar na rua?

“ Não, to esperando minha mãe comprar outra casa, porque vou ter um quarto só pra mim”.

Qual maior dificuldade encontrada na rua?

“ Não conseguir seguir minha carreira de jogador. Depois que vim pra rua comecei a usar droga, perdi tudo.....” (Usava tinner, cigarro e maconha).

Você tem amigos na rua?

Tem. Mas não se pode confiar sempre.

Quais os pontos que você frequenta aqui no centro?

Mocó (lugar de dormir) da Barra Funda, República, Praça da Sé, Penha, Belém, São Miguel, Itaquera.

Como você faz para se virar na rua?

“Pedia na Estação Barra Funda. Roubava todo mundo, menos senhora de idade, tenho dó”. Os objetos roubados eram: celular e notebook.

Deseja voltar para casa (no caso quem ainda tem contato com família)?

Sim.